



TRABALHO FORÇADO NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO

Brasil pode sofrer nova tarifa

Governo dos EUA prepara "para breve" outra leva de taxaço que pode atingir 60 países

O representante comercial dos Estados Unidos (USTR), Jamieson Greer, afirmou ontem que o governo americano anunciará "em breve" uma decisão sobre as tarifas relacionadas ao uso de trabalho forçado nas cadeias de produção, indicando que a medida atingirá 60 países. A declaração, feita em entrevista à *CNBC*, reforça a expectativa de que Washington confirme nesta semana novas sobretaxas recomendadas pelo USTR, incluindo uma alíquota de 12,5% para produtos brasileiros.

Ontem, segmentos afetados pela nova rodada de tarifas de 25% dos EUA contra o Brasil pediram que o governo federal erga barreiras à importação de produtos chineses, amplie programas de crédito e siga nas negociações diplomáticas com os EUA, sem acionar a Lei de Reciprocidade.

O governo ouviu as associações dos setores de máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, plástico, calçados, pneus e a indústria têxtil. O ministro da Indústria, Márcio Elias Rosa, e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) escutaram as demandas empresariais e pediram estimativas de impacto do tarifaço, mas não indicaram em detalhes quais políticas de mitigação o governo adotará.

Na última quarta-feira (15), a Casa Branca anunciou um novo tarifaço de 25% sobre uma ampla gama de setores industriais brasileiros. A medida atinge cerca de 18% das exportações aos Estados Unidos, ou algo como US\$ 7,4 bilhões (R\$ 38 bilhões) em mercadorias, segundo as contas do governo brasileiro.

Madeira

Alguns setores sentirão a sobretaxa com mais força. É o caso do segmento da madeira, que verá 81% das exportações aos EUA atingidas pelas novas tarifas, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A nova rodada também afetará 56% das exportações de minerais não metálicos, 51% das exportações de químicos e 38% das exportações de alimentos para os EUA.

Em reunião com Alckmin nessa terça, representantes da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) defenderam mudanças no programa Brasil Soberano, que oferece linhas de crédito emergencial para os setores afetados.

A Abimaq sugere reduzir as taxas de juros, ampliar os segmentos elegíveis na indústria de máquinas e equipamentos e conceder isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito do programa, entre outras mudanças. Também propõe eliminar a exi-



Anúncio das novas tarifas foi feito em entrevista pelo representante comercial dos Estados Unidos (USTR), Jamieson Greer

A Lei da Reciprocidade permite ao Brasil adotar contramedidas comerciais e diplomáticas proporcionais quando países ou blocos econômicos impuserem barreiras injustificadas aos produtos brasileiros.

gência de garantia de manutenção de empregos. O governo não sinalizou se vai aceitar a proposta.

O Brasil Soberano foi criado após o presidente americano Donald Trump anunciar a elevação das tarifas de importação sobre produtos brasileiros, no ano passado. O programa permite que empresas exportadoras e seus fornecedores tenham acesso a financiamentos em condições mais baratas para manter investimentos, capital de giro e produção durante o período de maior dificuldade.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as linhas permitem financiar até 100% dos investimentos, com prazo de pagamento de até 20 anos e carência de até quatro anos, no caso de projetos de investimento. As taxas de juros variam conforme a modalidade e o perfil da empresa, mas o banco estima custos finais entre 7,9% e 13,5% ao ano para investimentos e de 10,2% a 15,7% ao ano nas operações de capital de giro.

Reciprocidade

A Abimaq também é contra a aplicação da Lei de Reciprocidade, posição que o presidente-executivo da entidade, José Velloso, diz ser comum a outros setores.

"Eu não conheço nenhum [setor

que defenda], e acho muito difícil ela [a lei] ser aplicada, porque a própria lei diz que para ser aplicada tem que haver uma consulta pública aqui no Brasil. E eu acho que numa consulta pública a maioria dos setores vai ser contra", afirmou Velloso.

A Lei da Reciprocidade permite ao Brasil adotar contramedidas comerciais e diplomáticas proporcionais quando países ou blocos econômicos impuserem barreiras injustificadas aos produtos brasileiros. O texto também prevê consultas diplomáticas coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores, possibilitando a resolução de conflitos de forma negociada antes da aplicação de contramedidas.

"A preferência é pela via negocial", diz Rodrigo Navarro, presidente-executivo da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), também presente nas reuniões dessa terça.

China

O setor pediu atenção especial ao mercado interno, e quer a inclusão da compra de pneus nas linhas de crédito Move Aplicativos e Move Brasil, que oferecem crédito mais barato para compras de carros de aplicativo e caminhões. Outro pedido da entidade é a aplicação de barreiras tarifárias contra a importação de pneus chineses.

Outros setores presentes nas reuniões de ontem também pediram barreiras comerciais contra produtos asiáticos.

"Nós comentamos também sobre a defesa comercial, porque um dos mercados para os quais você poderia se voltar em um primeiro momento é o mercado interno", diz Fernando Pimental, superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). "Mas o mercado interno está sendo invadido pelos produtos importados." (*Da Folhapress*).

SECRETARIA EXECUTIVA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica nº 90001/2026 (UASG 130005)

Nº Processo: 21000.073660/2025-46 Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia e arquitetura, sob demanda, para elaboração de peças técnicas de engenharia e arquitetura, a fim de atender as necessidades do Ministério da Agricultura e Pecuária. Total de Itens Licitados: 1. Data de início de recebimento de propostas: **20/07/2026**, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica. Data de Abertura: 08/09/2026, 09:59. Endereço eletrônico do Edital: <https://cnetmobile.esteiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=13000503001742026> no site www.gov.br/compras

LARISSA TIMO ALMEIDA
Coordenadora de Gestão de Licitações

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 440001-13/2026

PROCESSO: 02000.002158/2026-97- PREGÃO ELETRÔNICO - OBJETO: Contratação de serviços contínuos terceirizados, com vistas ao atendimento das demandas administrativas e operacionais de natureza complementar, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 08 itens em grupo único. Edital a partir de: 22/07/2026, nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, www.gov.br/compras/pt-br/ e <https://www.gov.br/mma/pt-br> - UASG: 440001. Entrega e cadastro das propostas no site www.gov.br/compras/pt-br/. Abertura das propostas: 05/08/2026 às 09h30 no site www.gov.br/compras/pt-br/. Informações gerais e dúvidas: E-mail: DGL1@mma.gov.br - Telefones 61 2028-1024/1104/1164.

VINÍCIUS MENDES MACHADO
Coordenador de Licitações

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2026 - UASG 302122

Nº Processo: 00261.000211/2026-19. Objeto: Contratação de licenciamento de suíte integrada de produtividade e colaboração em nuvem (*Software* como Serviço - SaaS), contemplando ferramentas de comunicação, colaboração, armazenamento, produtividade, inteligência de negócios (*Business Intelligence* - BI) e recursos avançados de segurança da informação, mediante licenciamento por subscrição mensal, com pagamento mensal conforme as subscrições efetivamente demandadas, disponibilizadas, aceitas e mantidas em execução no período, vigência de 36 (trinta e seis) meses, incluindo serviços agregados de suporte técnico, atualizações de versão, manutenção evolutiva e corretiva disponibilizadas pelo fabricante, administração da solução, documentação técnica e demais serviços necessários à plena utilização da plataforma. Total de itens licitados: 7. Edital: 20/07/2026 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Scn, Quadra 6, Conjunto "a", Edif. Ven. 3000, Bl."a, 9º e 10º Andar, - BRASÍLIA/DF ou <https://pncp.gov.br/app/editais/44365866000171/2026/2>. Entrega das Propostas: a partir de 20/07/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 10/08/2026 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Itens 1 a 7 será composto por Grupo 1.

Edição impressa produzida pelo Jornal de Brasília com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <https://jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

